

Entrevista com Gilney Viana

Cristina Buarque de Hollanda

Gilney Viana

Médico e professor da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), foi membro da equipe de transição do PT para o primeiro mandato do Presidente Lula (2002), assessor especial da Secretaria de Direitos Humanos, onde coordenou o Projeto Direito à Memória e à Verdade (2011-2014)

E-mail: gilney.viana@pt.org.br

Cristina Buarque de Hollanda

Professora do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: cristinabuarque@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1600-4044>

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Gilney, muito obrigada por me receber. Como eu lhe disse há pouco, eu li o seu livroⁱ e já tenho mapeado esse grande capítulo da sua vida, da militância e da prisão. Eu gostaria de conversar hoje sobre seu ativismo depois da saída da prisão [dezembro de 1979], sobre seu envolvimento na criação do PT e principalmente sobre sua atuação na pauta dos mortos e desaparecidos.

GILNEY VIANA:

Olha, primeiro, muito obrigado pela deferência. Em segundo lugar, queria dizer que quando fui preso pela segunda vez, em 1970, lá no Rio, passei pela tortura no DOI-CODI [Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna], por Ilha Grande. Mas sabia que não ficaria preso no Rio, porque tinha vários processos em Minas [Gerais]. Então eles certamente me levariam para lá e, mais precisamente, para Juiz de Fora, que era a sede da Auditoria Militar e onde havia um presídio sob controle do Exército, na 4ª. Região Militar. O nome formal era Penitenciária Regional de Juiz de Fora, mas todo mundo conhecia como Penitenciária de Linhares, que é um bairro de Juiz de Fora. Antigamente era zona rural da cidade, mas hoje está integrado. Quando me estabilizei lá em Juiz de Fora, vindo da Ilha Grande, eu já tinha na minha cabeça que precisávamos fazer memória destes movimentos. Eu convivi com velhos comunistas, inclusive com gente da geração de 64, eu tinha lido Graciliano Ramos e sempre me intrigou que existiam poucos registros e poucos trabalhos de memória sobre a época de 39 e 45, mesmo depois da perseguição aos comunistas, em 53. Eu me propus modestamente a eu mesmo fazer algum tipo de registro. Nesse primeiro enfoque, em que você busca por antecedentes do meu engajamento em memória, verdade e justiça começou nesse meu esforço individual mesmo: meu primeiro livro publicado, quando eu ainda estava preso, chama-se *131-D Linhares*ⁱⁱ. Ele tem uma espécie de crônicas e contos inspirados em fatos verdadeiros; eu dei uma romantizada em certos aspectos por causa do público que buscava alcançar e também para tentar me desvencilhar da censura da polícia. O romance era uma

forma de tentar preservar [a memória da luta]. O meu primeiro produto na área de memória foi esse livro. O segundo tem a ver com as cartas, as quais sempre escrevi em grande quantidade, como forma de ter alguma segurança ao registrar o que se passava comigo e também podia dar alguma notícia e satisfação aos meus familiares, além de ser uma forma de me contatar com o mundo externo.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Eu vi no livro sobre sua mãe, que tem algumas transcrições de cartas.

GILVEY VIANA:

Sim, eu reproduzi trechos de cartas. Eu devo ter escrito cerca de 1500 a 1600 cartas. A maioria delas para a minha mãe, por óbvio. E um número razoável para a minha companheira, a Efigênia [Maria de Oliveira]. Nós nos separamos, mas continuamos amigos até hoje. Algumas cartas clandestinas, também. Quando eu fui para o Rio eu diminuí a quantidade de cartas afetivas e aumentei as clandestinas, porque a conjuntura lá tinha mudado.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Já era possível.

GILVEY VIANA:

Lá no Rio, sim. Embora eu também tenha enviado cartas clandestinas de Juiz de Fora, o que era um risco ENORME. Principalmente nos primeiros anos, em que eles massacravam os grupos guerrilheiros, dos quais eu fizera parte. Eles supunham que sempre podia haver algum contato, o que não era uma suposição incorreta. Realmente existia um contato. O terceiro elemento dessa memória eu não fiz só, é preservar os arquivos dos coletivos dos presos políticos; essa é uma história da GRANDE RESISTÊNCIA dentro das cadeias. Eu consegui preservar grande parte dos arquivos de Juiz de Fora. Essa luta por preservar arquivos clandestinos dentro da cadeia...

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Como eram os arquivos clandestinos dentro da cadeia?

GILVEY VIANA:

Os arquivos eram só de documentos do coletivo de presos políticos e não tinha documentos privados nem das organizações partidárias que existiam, embora eu tenha recuperado algumas coisas de indivíduos. Nesse sentido, a Penitenciária de Linhares foi vanguarda dos presídios até certo ponto.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Você preservava como? Você os escondia na sua cela?

GILVEY VIANA:

Escondia na cela e fora dela. Nós chamávamos esses esconderijos de cafôfos, que era a linguagem dos presos comuns e que nós aprendemos.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Vocês também tentavam enviar esses arquivos para fora do presídio?

GILVEY VIANA:

Também. Depois de um certo tempo nós também procuramos reproduzir lá fora. Em 1977, eu já tinha sete anos e três meses de cadeia. Eu voltei para o Rio [de Janeiro], para o Presídio da Frei Caneca, que era o presídio político da cidade. Não era o único que existia; havia o de Bangu, tinha o [presídio] feminino e havia alguma dispersão até na Vila Militar. Mas ali [na Frei Caneca] era o centro dos presos políticos no Rio. Quando eu cheguei já tinham uma caminhada longa, então tinha outras pessoas cuidando do arquivo de lá. Mas quando eles foram embora eu passei a cuidar do que restou. Aí já é bem parcial. Em 1977, começou também uma abertura nas prisões, sobre a vigilância do que entrava e saía do presídio. A quarta questão com que trabalhei foram as denúncias de tortura. O meu grupo era o maior número de presos lá então eu tinha uma certa potência – circunstancial – de fazer ou não fazer as coisas. Os militares tinham alguns cachorros lá dentro da prisão. Eram os infiltrados dentro do presídio. A vida de cachorro na cadeia é muito perigosa, tanto para o preso comum quanto para o político. Toda a vida na cadeia é perigosa, mas para eles o risco é ainda maior. Esses são os meus antecedentes. Quando eu fui solto, eu saí já casado com a Iara [Xavier Pereira] e quando ela retornou do exílio ela começou a militar junto dos familiares de desaparecidos. Na verdade, quando Iara chega, ela foi importante em dois momentos. Ela chegou exatamente quando os familiares fizeram a sua primeira reunião e se organizaramⁱⁱⁱ.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Isso foi quando?

GILVEY VIANA:

Lá no Colégio Bennet. E a segunda coisa importante é quando elas foram descobrir o Cemitério de Perus [São Paulo]. Daí esse processo deu todo um conteúdo político maior para a caminhada que os familiares já vinham fazendo. Eu acabei me tornando parte deste movimento também. O fato de termos ido morar em Cuiabá, no Mato Grosso, nos tirou do centro político, em que essas questões tinham um maior curso. O período que vai da anistia até 94 foi muito difícil para a temática memória, verdade e justiça porque existia a [lei de] anistia e comissões específicas e alguns órgãos extremamente burocráticos que tratavam do assunto e eventualmente conduziam um processo ao Ministério do Trabalho.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Não tinha um percurso institucional claro.

GILVEY VIANA:

Exatamente. Nem havia garantia dos direitos. Tanto que o número de anistiados nesse período era mínimo.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

As comissões funcionavam junto aos próprios órgãos e empresas que eventualmente readmitiriam as pessoas, certo?

GILVEY VIANA:

Exato. Em alguns lugares, como a Petrobrás, funcionou, porque os sindicatos tomaram uma postura firme. Houve um certo grau de funcionalidade.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Imagino que os sindicatos tenham sido importantes.

GILVEY VIANA:

Em alguns casos, sim. Não em todos. Depois você vai ver um tipo de gente que foi importante, mas nós fomos ultrapassados durante um período, o da transição política, por outros temas que a nós se sobrepuseram como mais relevantes: a reconstituição dos partidos, eleições governamentais. Teve um elemento relevante logo no começo da década de 90 que foi a abertura dos arquivos do DOPS. Isso foi na época que Brizola entrou no Rio [1991-1994, segundo mandato]. O DOPS era dos estados. Abriram também em Pernambuco, São Paulo e no Paraná, que foi muito importante. Governos Brizola, Arraes. Depois que você começar a pesquisar vai entender por que o Paraná é importante, embora não estivesse no CENTRO da grande repressão depois de 1964. Foi um dos arquivos menos depurados; ele era menor e por sinal foi menos agredido.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Quando você diz “depurado”, você se refere à manipulação e à adulteração dos documentos de arquivo?

GILVEY VIANA:

Sim, porque muitas vezes algumas partes somem ou estão rasgadas. Porque muitos dos documentos relevantes para a repressão pós-68, que estavam centralizados nos DOI-CODIs e marginalmente no CIE [Centro de Informações do Exército] e principalmente na CENIMAR [Centro de Informações da Marinha], que era o melhor serviço de informação que existia antes mesmo do golpe. Nesse havia inteligência MESMO. O do Exército era muito S2, quer dizer, muito para dentro de si mesmo. Eram muito eficientes em perseguir militares, mas para os civis já não eram tão eficientes. Isto vai mudar depois com a articulação CIE/DOI-CODI.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

O CENIMAR era mais eficiente para dentro e também para fora da Marinha.

GILVEY VIANA:

Exatamente. Na verdade, o padrão CENIMAR era o padrão de excelência da inteligência brasileira. Tem alguns elementos históricos que explicam isso. Outro fator importante é o momento em que se tornou importante a questão da sociedade. Não houve um *boom* propriamente dito, mas surgiram pesquisas e isso reanimou o movimento de famílias. Quando

entra o Fernando Henrique [Cardoso] e ele aceita fazer a lei de [mortos e] desaparecidos [políticos] [lei 9.140, de 4 de dezembro de 1995], o Estado brasileiro dá um outro salto. As famílias foram fundamentais, os ex-presos, [os grupos] *Tortura Nunca Mais*, os remanescentes de alguns Comitês [Brasileiros] de Anistia [CBAs]. Excepcionalmente, alguns acadêmicos e jornalistas que tiveram um papel relevante.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Você tem em vista, por exemplo, a cobertura da vala de Perus [pelo jornalista Caco Barcelos]?

GILVEY VIANA:

Sim, mas isso já foi nos anos 80, quando entra a [Luiza] Erundina [na Prefeitura de São Paulo, 1983-1987]. As famílias produziram duas medidas relevantes antes da lei de mortos e de desaparecidos: elas entraram na justiça com os familiares do Araguaia – que vai ficar nas mãos da doutora Solange [juíza Solange Salgado da Silva Ramos]^{iv} – e eles também produziram dossiês a partir de 1964. Quando entra o Fernando Henrique [Cardoso], influenciado um pouco pelos remanescentes de grupos de direitos humanos do PSDB em São Paulo, sofreu uma pressão de dentro para fora e vice-versa no sentido de reconhecer essa luta.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

E o Nilmário Miranda [então deputado federal pelo PT de Minas Gerais] foi uma figura chave neste contexto, certo?

GILVEY VIANA:

Em 92, o Nilmário fez uma comissão externa [Comissão Especial Externa dos Mortos e Desaparecidos, CEMDP] porque era mais fácil do que uma CPI.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Ele diz que se fizesse uma CPI seria acusado de revanchista.

GILVEY VIANA:

Seria mais difícil para eles aceitarem. Mesmo se o Nilmário tivesse criado, ele seria sabotado. Ele dialogou na esfera institucional com o movimento das famílias; é o primeiro movimento de articulação entre a política institucional e as famílias e ele foi peça chave nisso. Depois da promulgação da lei, eu já estava no parlamento e ele dividia comigo essa função.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Você participou da produção da lei [que criou a CEMDP]?

GILVEY VIANA:

Da elaboração do ante projeto de lei, não. Eu participei da discussão e votação da lei que criou a Comissão [de Mortos e Desaparecidos Políticos, CEMDP]^v, em 1995, quando já era deputado federal, tendo inclusive apresentado várias emendas ao projeto. A anistia foi importante do ponto de vista político mais geral, mas, do ponto de vista de se fazer memória, verdade, justiça e reparação moral, foi muito pequeno o impacto. O impacto maior foi de dar liberdade para que

os clandestinos e os partidos pudessem circular livremente. Os presos nem tanto, porque eles levaram de seis meses a um ano para soltarem. Eu levei seis meses para sair e em liberdade condicional. Teve preso em Natal que só foi solto depois de um ano. A comissão do Nilmário produziu informações importantes, pode-se pensar num salto intermediário, os familiares produziram dossiês. A entrada do Fernando Henrique produziu uma certa expectativa. Não que o Itamar [Franco] fosse repressivo, mas ele não tocou essa agenda. Havia um clima de maior combatividade dos sindicatos mais atingidos no contexto do Fernando Henrique, que inclusive já tinham suas comissões de anistiados e anistiandos.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Gilney, quais foram os principais sindicatos envolvidos com a [bandeira] anistia naquele momento?

GILVEY VIANA:

Metalúrgicos, petroleiros e funcionários públicos em Brasília, aonde tinha uma massa de gente que foi excluída. E era mais fácil para eles fazerem *lobby*. O PCB, desde quando era um partido clandestino, sempre deu muito mais importância a essa questão do que o PC do B e o PT porque faz parte da memória deles. Eles sempre foram batalhadores com a anistia^{vi} e tudo isso. Esse cenário contribuiu para a formação de uma espécie de *lobby* dirigido ao Fernando Henrique e à Ruth Cardoso, que eram sensíveis a esses temas.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

A dona Ruth teve atuação nisso?

GILVEY VIANA:

Pelo que me falam, teve sim. Ela sempre foi sensível aos direitos humanos.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Foi uma atuação de bastidores ou ela desempenhou alguma função oficial?

GILVEY VIANA:

Que eu saiba, não. Mas ela dava suporte ao pessoal do PSDB que era ligado aos direitos humanos. Depois ela deu apoio a outras iniciativas, como a lei das ONGS e do terceiro setor. Para encurtar essa história, aí é que muda a qualidade no trato dos mortos e desaparecidos políticos. O Estado admitiu pela primeira vez reconhecer oficialmente a responsabilidade sobre as mortes e os assassinatos de quem estava sob sua custódia. Criaram até uma instituição para averiguar esses casos, que foi a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Mas, como acontece com todas as coisas criadas por tucanos, eles fizeram uma boa medida, mas depois puseram travas! Eles começaram a impor prazos, que as famílias fizessem requerimentos e que inclusive indicassem aonde estavam os corpos. As famílias tinham muita informação acumulada, claro, mas nem sempre tinham essa riqueza de detalhes. E eles do governo não aceitaram emendas porque os militares não acordavam [sobre a lei] de outra forma. Então eles estabeleceram esse limite. Veja bem: aí entra o papel dos familiares e eu tenho um papel nisso também. Os familiares ACEITARAM participar dessa comissão – então

houve representação dos familiares na comissão. A representante oficial era a Suzana Lisboa, mas como os familiares argumentavam que uma pessoa só não daria conta do recado, a Iara ficou como uma espécie de representante adjunta. A Iara assistiu a todas as reuniões com a Suzana e meu apartamento [funcional de deputado federal, Brasília] acabou por tornar-se o QG dos familiares. Suzana, Iara e Amparo [Araújo], pessoa muito conhecida que comandava o grupo Tortura Nunca Mais de Pernambuco. Havia um grupo na Câmara que não era só do PT, mas de pessoas que de certa forma apoiavam essas iniciativas, mas que não eram familiares.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Essa questão é importante para mim. Você diz um grupo de que não era só do PT. O PT teve um papel chave na condução dessa agenda – e o Nilmário foi a principal encarnação disso –, mas ela era também transversal a outros partidos, né?

GILVEY VIANA:

Deixe-me te falar que na Câmara até hoje é assim: se não houver alguns puxadores, não é possível organizar um grupo. É um fenômeno parlamentar. Nesse sentido, o Nilmário era uma dessas figuras, e eu o acompanhava. Havia deputados do PSDB que nos apoiavam. E do também, só que de maneira muito enviesada politicamente. Eles apoiavam, mas muito focados na questão do Araguaia. Havia redes de apoio. O Miro Teixeira [PDT], por exemplo. Da forma dele e com seu jeito explosivo, ele nos apoiava. Mas o protagonismo maior foi das famílias. Desde quando houve um ajuste fino que nós influenciámos – e eu próprio me incluo nisso, influenciei, assim como o Nilmário, mas não determinamos, o que tem outra dimensão. Num bloco de famílias tinha um grupo que era ao mesmo tempo de familiares e militantes políticos: como a Iara, a Crimeia [de Almeida] e sua irmã, a Amelinha [Teles] e o filho do dirigente do MRT [Ivan Seixas] e outros, alguns ex-presos que não estavam em Brasília, mas que tinham interesse e engajamento. Havia um problema sério, que era o de tipo de requerimento que se fazia na Comissão Especial [de Mortos e Desaparecidos Políticos, a CEMDP]. Depois mudou-se esse padrão, na Comissão de Anistia. Aqueles que eram influenciados por sindicatos tinham uma visão muito economicista da luta; e alguns familiares não tinham essa visão com relação aos seus mortos.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

O objetivo principal dos familiares era esclarecer onde estavam os corpos e as circunstâncias [das mortes e desaparecimentos].

GILVEY VIANA:

E atribuir responsabilidades. Era um outro padrão.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Tinha um conflito aberto entre esses grupos e perspectivas?

GILVEY VIANA:

Não. Conflito mesmo não existia.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

As pessoas que estavam envolvidas com a anistia nesta perspectiva mais laboral eram muito mais numerosas do que os familiares, certo?

GILVEY VIANA:

Na verdade, a anistia só vai voltar ao cenário político com a lei 10.559, em [13 de novembro de] 2002.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Que criou a Comissão de Anistia.

GILVEY VIANA:

Só vai voltar aí. Aí a qualidade da luta mudou. Não se tratava apenas de fazer requerimento, mas de se produzir a MEMÓRIA do requerido.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Claro, porque precisava subsidiar o pedido.

GILVEY VIANA:

Surgiu a situação de que, quando a pessoa não fazia essa memória, ela solicitava o requerimento adjunto. Fazia uma espécie de memorial sobre a vida da pessoa e aditava ao requerimento com informações sobre estilo de vida, política etc. Por isso que os dossiês ficaram mais densos. Alguns já tinham esse formato, mas não configuravam a regra.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Alguns já herdaram muito do trabalho que foi feito anteriormente.

GILVEY VIANA:

Aqueles que tinham partidos ainda vigentes ou que tinham familiares que eram militantes, como por exemplo o Pedro Pomar. Eu encontrei o Vladimir [Pomar], com quem tenho uma relação muito boa até hoje e lhe disse: "Vladimir, é preciso fazer um histórico bem consistente porque seu pai foi uma pessoa muito importante." E ele me disse que já estava fazendo desta forma. Ele já tinha essa visão histórica. Os dossiês da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos vêm do trabalho muito apurado e bem feito que esses familiares fizeram. NÃO que a COMISSÃO FEZ. Nem as atas eles faziam direito, motivo pelo qual a Iara se arrepende de não ter feito todas as atas. As atas deles não registrava todo o debate, apenas dizendo o que foi aprovado ou não e não era permitido dar muita publicidade, o que é um modo de agir tucano: "vamos fazer a coisa, mas sem dar muita publicidade." Como é isso?! Acabava a reunião, a imprensa estava lá e só a Iara e a Suzana que falavam o que elas queriam. Era assim! Elas conquistaram esse espaço! E depois conquistaram o alargamento do alcance da lei por interpretação e depois tiveram alargamento por alteração da lei. Isso é fundamentalmente devido aos familiares, mesmo que tenha havido algumas contradições entre eles, como foi o caso da iniciativa de alargamento pela lei, que veio de outras pessoas que tinham uma outra tática, meio suicida, meio atrevida. Isso tudo obrigou o governo a avançar e a mídia foi muito

importante. Houve um avanço muito grande. Por incrível que pareça a luta por anistia encolheu e só em 2001...

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

E ela encolhe por quê? A quem você atribui esse fenômeno? O protagonismo da bandeira dos mortos e desaparecidos toma o espaço da luta por anistia? A anistia continua ligada aos sindicatos?

101

GILVEY VIANA:

E também às comissões de ex-empregados de empresas, mas não existe uma luta estruturada. Existiam muitas comissões e depois Associações de Anistiados. Eram instituições que caminhavam estimulando as pessoas a fazerem o requerimento, alguns faziam esse estímulo até de forma profissional, o que eu não critico desde que ele se apresente assim de pronto. Eu chamei o Ministro do Trabalho para...

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Quando foi isso?

GILVEY VIANA:

Em 1996, eu acho. Eu já tinha me assenhorado mais do assunto e fui procurado por outros companheiros. Eu fiz um convite ao Ministro do Trabalho porque era ele quem centralizava a questão da anistia. A concepção dele era a de que se tratava de uma pensão ou aposentadoria especial; ele lidava com essa questão como se fosse meramente previdenciária! E de forma burocrática, não política. As informações que ele fornecia eram ridículas! E quando fazíamos alguma sugestão ou questionamento ele só dizia que não havia orçamento. Eu cheguei a dizer-lhe que ele não me dissera informação alguma e [inquiri] se eu devia perguntar ao [Pedro] Malan, que era o Ministro da Economia. Era uma situação ridícula, tanto do ponto de vista operacional quanto do político. E o número de anistiados que houve [durante o governo FHC] foi curtíssimo; no período mais recente da administração PT somam 40.000, mas daquele período não sabemos ao certo porque a informação foi desorganizada e quando foi absorvida pela Comissão [de Anistia] ela incluiu todos os processos. Então não há condições de verificar.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Então não temos como saber quem foram os anistiados antes da Comissão [de Anistia]?

GILVEY VIANA:

Nem há dado para isso. Eu tenho amigos que participaram da conformação dessa lei que foi com uma medida provisória em 2001. Eles criaram a Comissão de Anistia e o ESTATUTO DO ANISTIADO: codificaram os direitos. Aí sim tivemos uma anistia verdadeira – com um *locus* de poder de decisão, regulamento, disposição de lei, situado num determinado Ministério.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Gilney, a que você atribui esse movimento que culminou na criação da Comissão de Anistia? Assim como o movimento que deu origem à Comissão de Mortos e Desaparecidos, houve uma forte mobilização de afetados pela ditadura?

GILVEY VIANA:

Entidades sindicais. O momento já era 2001 e havia uma bancada grande do PT e do PC do B [no Congresso]. O PDT naquela época era muito brizolista e, portanto, também estava muito interessado nessa questão. Havia um apoio político, as centras sindicais ativas já tinham comissões que pressionavam nesse sentido. Os sindicatos foram muito importantes e também os advogados que trabalhavam nessas causas.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Os advogados militantes?

GILVEY VIANA:

Sim, como Sigmaringa [Seixas]. Lá em São Paulo tem grupo do PSDB que eu suponho que tenha tido participação muito forte nisso. Pode-se dizer que foi um movimento capitaneado pelo [José] Gregori.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Que estava no Ministério da Justiça.

GILVEY VIANA:

Ele foi peça importante tanto numa quanto noutra [comissão]. Mas foi peça importante também para estabelecer os limites, tipicamente Tucana.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Conforme você observou noutros contextos.

GILVEY VIANA:

Sim. Mas ele era assim. Até hoje ainda é.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Há pouco eu conversei com o Paulo Abrão [ex-presidente da Comissão de Anistia]^{vii}. Ele entrou na cena pública nacional na segunda fase da Comissão de Anistia [2007] e era muito jovem quando começou toda a mobilização em nome dos mortos e desaparecidos, o que quer dizer que ele não acompanhou de perto esta luta desde o início. Ele tem uma leitura sobre esse processo histórico a partir do modo como as pessoas lidavam com a lei de anistia [de 1979]. Segundo ele, quando começa o processo de institucionalização da demanda pelo reconhecimento dos mortos e desaparecidos, a demanda pela revisão da lei de anistia ou por uma nova interpretação dela era restrita a um círculo de militantes engajados. Só depois é que ela se difunde. E essa virada acontece em meados dos anos 2000, justamente quando a Comissão de Anistia ganhou mais fôlego e assumiu com vigor a pauta da memória. Nos

primeiros tempos da transição teria havido, em geral, uma aceitação mais pragmática dos termos da transição imposta pelos militares. Você concorda com essa leitura?

GILVEY VIANA:

Em partes. Nós, enquanto presos políticos, fizemos uma greve de fome nacional contra a anistia parcial. Nós fizemos e denunciemos. Nós denunciemos que era um acordo elitista que ignorava os direitos do povo, ela anistiava torturador e não anistiava presos políticos! Ora, que anistia é essa?! Então, desde o início os presos políticos e o seu círculo mais próximo tinham esse conceito de forma muito clara. Como a anistia teve um efeito político muito forte e ela foi muito importante para assegurar a transição de um governo militar para um governo civil. Foi a partir da anistia e da extinção do AI-5 que ficou muito difícil para os militares darem um passo atrás, ou seja, a transição tornou-se inevitável. Até mesmo porque do ponto de vista internacional não havia mais ambiente político para isso. Os Estados Unidos já não apoiavam mais, inclusive já havia por lá um grande apoio às investigações de direitos humanos, acho que já era a época do [Jimmy] Carter [1977-1981]. Mesmo no período que chamo de transição militar, que é o governo do Figueiredo, de 1979 a 1985, que foi um ambiente de relativa liberdade e de participação política de outros interesses e da disputa do Estado, diante dos quais a anistia não se colocava como obstáculo. Não era um cenário tão favorável para que a luta política e social em nome da revisão ou reinterpretação da lei de anistia se desenvolvesse. Houve uma certa acomodação. Quem desnuda esse processo mais adiante serão os familiares. Antes do governo assumir isso como uma política. Os familiares, ainda na década de oitenta, acionavam a justiça brasileira. Depois eles levaram para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e para a Corte [Interamericana de Direitos Humanos]. E o centro dessa questão era que eles escondiam os cadáveres e que se negavam a dizer a verdade. Na medida em que se falasse a verdade, apareceria o nome dos autores dos crimes e eles poderiam ser penalizados e criminalizados. Tanto há essa ligação que na sentença brasileira a doutora Solange não fala nisso; fala apenas que todos os documentos têm de ser abertos, o que pressupõe uma luta em nome da verdade. Mas não era uma verdade puramente judicial. Agora a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos é de que a auto anistia não podia ser validada de acordo com o Pacto de São José da Costa Rica^{viii}. A auto-anistia não devia ser reconhecida. Essa conclusão foi ANTERIOR à Comissão Nacional da Verdade. E o processo tramitado na justiça brasileira ocorreu antes da entrada do PT no governo federal. Ela só tem divulgação mais tardiamente. Iniciou-se em 80, mas houve muitos recursos, que fez com que perdurasse até os anos 90.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Você se refere ao processo da família Teles?

GILVEY VIANA:

Não. É o que eles chamam de Gomes Lund *versus* Brasil^{ix}. O processo da família Teles era só contra o Ustra [Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra], para identificá-lo administrativamente como um torturador. Mas não na esfera criminal, apenas na esfera cível. Retomando à sua pergunta, depois entra o Tarso Genro que tinha uma visão e traz o Paulo Abrão e começa a desmontar o discurso de que a anistia tinha anistiado torturador. NESSE SENTIDO foi muito

importante o papel dos dois. Eu sempre associo ao Tarso Genro, porque o Paulo não tinha no início nenhuma projeção para fazer essa coisa.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Claro, ele era um professor universitário.

GILVEY VIANA:

E sem a sustentação do Ministro, isso não iria adiante. E ele, Tarso, não era um ministro que só sustentava; quando precisou ele fazia manifestação pública. Ele tinha uma tese judicial, porque ele também é advogado, né? Nesse ínterim, nós tínhamos o protagonismo da Comissão de Mortos e Desaparecidos e quanto entra o PT [Partido dos Trabalhadores] começa o protagonismo da anistia. A anistia só recupera protagonismo nesse processo de transformação da Comissão e nesse sentido o Paulo Abrão foi muito hábil. Uma iniciativa que eu acho mais relevante é dos familiares de São Paulo com os procuradores, de construir uma forma de criminalizar os torturadores, porque isso era exatamente para enfrentar a anistia.^x Alguns movimentos eram confluentes e vão no mesmo sentido de desconstruir o sentido da validade da auto anistia e de construir mecanismos de alteração ou reinterpretação da lei pelo Supremo [Tribunal Federal, STF].

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

A condenação na Corte Interamericana foi um fenômeno que marca com força essa nova leitura?

GILVEY VIANA:

Deixa-me te falar: é o acúmulo das coisas. É o ápice, porque ela, de uma certa forma, ela pressiona o governo – inclusive o governo do PT – para fazer a Comissão Nacional da Verdade. Não era só esse o elemento, mas ela foi uma condição importante. O ambiente desgastante nas buscas do Araguaia era terrível e havia as tentativas do Exército – que comandou aquilo – de desinformar. Isso chegou a um limite porque havia uma pressão de outro lado. É o que foi quebrado com a Corte. A Comissão de Anistia foi importante. A introdução dos procuradores foi um processo que eles tentaram administrativamente – a família Teles e teve outros - era uma forma, segundo eles próprios dizem, de quebrar e impor a discussão sobre o assunto na esfera judicial. Então, eu acho que foi uma somatória. Tem uma coisa em que a Comissão de Anistia foi mais relevante: não se tratava de apenas produzir um conceito jurídico, eles começaram a fazer um debate público sobre esta questão. **ESSA É A SUA GRANDE CONTRIBUIÇÃO.**

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Daí vieram as Caravanas de Anistia.

GILVEY VIANA:

Isso tudo foi muito relevante. inclusive muitos que não pediram anistia como eu, que só pedi quando passou a haver essa dimensão política. Essa anistia valia a pena.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

A dimensão política tem a ver com essa disposição de levar o assunto para a cena pública.

GILVEY VIANA:

Veja a consequência disso, Cristina! Explodiu, literalmente, o número de requerimentos da anistia, revelando que o número de atingidos pela repressão era muito maior do que nós pensávamos. E agora eu vou falar uma coisa que era para falar lá no final. Na verdade, as minhas pesquisas indicam que os números da [comissão de] anistia ainda não revela toda a grandeza dos atingidos. É muito mais. Então, aquela história que se pode ver nos livros oficiais de estimativas estão desatualizadas. O número é muito maior. Isso descortina um quadro que revela que a repressão policial, da polícia judiciária, dos IPMs [Inquérito Policial Militar, no plural], da justiça militar e pós-justiça militar foi muito maior. Isso mostra que a CNV [Comissão Nacional da Verdade] foi muito tímida; foi uma coisa boa, mas pequenininha.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Entendi. Gilney, esse ambiente que você está caracterizando que a Comissão de Anistia conseguiu criar, com esse número muito maior de pessoas mobilizadas e com esse crescimento dos requerimentos, isso teria criado um ambiente favorável para o que veio a ser depois a criação dos comitês de memória e verdade? Você percebe ali um preâmbulo e um contexto importante para a criação dos comitês?

GILVEY VIANA:

Politicamente, sim. Há um ambiente mais favorável para a criação dos comitês. Mas também havia outros elementos que corriam por fora, que são os grupos de Tortura Nunca Mais [GTNMs]. Particularmente o do Rio de Janeiro, que você acompanha mais, o de Pernambuco e depois, um pouco menos, o de São Paulo. Alguns tinham até uma certa desconfiança com a Comissão de Anistia, porque associavam-na à lei de 1979. Eles [os GTNMs] começaram a abrir o leque das suas atividades. Eles buscaram procurar denunciar os crimes da ditadura, tirar depoimentos e agregar familiares, até mesmo com tratamento clínico e assistência aos familiares fora do estado aonde estavam sediados. Havia alguns focos onde o ambiente criado pela Comissão de Anistia permitiu que essa discussão se ampliasse. Nesse sentido, criou-se ambiente para os comitês e para as comissões.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Mas ao mesmo tempo imagino que existisse alguma tensão porque me parece que muitas figuras ligadas aos grupos Tortura Nunca Mais tinham uma posição de fechamento, digamos, para um diálogo com o Estado.

GILVEY VIANA:

Isso é praticamente só no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro tem essa posição com a Cecília [Coimbra], a Grabois [Vitória Grabois], mas nem tanto, porque ela participava e participa até hoje da Comissão de Mortos e Desaparecidos.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Você me diz então que essa orientação [de restrição a colaborações com o Estado] não foi prevalecente em grupos de familiares?

GILVEY VIANA:

Só o pessoal do Rio que teve essa posição. É bom que se diga que a posição foi atenuada, porque eles construíram uma relação com a prefeitura [do Rio de Janeiro] no caso do cemitério de Ricardo Albuquerque^{xi}, o que contribuiu para eles alargarem um pouco o discurso. Mas era uma posição que eu fui discutir com eles.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Quando [você discutiu com eles]? Você já estava na Secretaria [de Direitos Humanos da Presidência da República]?

GILVEY VIANA:

Aí eu tenho que falar daquele contexto para criar o ambiente para falar sobre isso. Quando houve a mudança do governo Lula para o da Dilma - eu só participei do primeiro governo do Lula. Eu fiz o trabalho de transição com relação à política indigenista. Eu participei da comissão de transição oficialmente, nomeado como funcionário do Estado por Fernando Henrique para [planejar a] transição. Eu também sou ambientalista e por isso também fiz o relatório ambiental. No relatório dos índios eu trabalhei junto com o Márcio Meira do Pará, que também mexia com cultura, que foi Secretário do Ministério da Cultura, então eu ainda não estava no governo. Quando foi anunciada a Comissão Nacional da Verdade, eu já tinha conversado, fora do governo ainda, de que nós precisávamos fazê-la. Aí eu já tinha ideia de que a experiência do movimento pela anistia, de 1975-1979, podia ser lido, de modo que a gente pudesse aplicá-lo numa nova circunstância histórica, de uma certa forma.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Só me situa no tempo, por favor.

GILVEY VIANA:

Eu estou fora do governo, desde 2007 a 2010.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Na altura do PNDH-3 [Programa Nacional dos Direitos Humanos], portanto.

GILVEY VIANA:

É. Na altura eu não estou no governo.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Já estavam acontecendo os debates em torno do plano?

GILVEY VIANA:

Já. E isso eu estava acompanhando porque muitas das pessoas que estavam no governo eram meus amigos. Eu também conversava com muitos ex-presos, tudo isso enquanto estava fora do governo. Esse debate eu fiz quando estava fora do governo. Como eu e Iara somos conhecidos por esse posicionamento nós íamos muito às atividades da Comissão de Anistia, sem ser partícipes de nada. Às vezes éramos chamados para falar ou para organizar alguma atividade. Nós ajudamos em muitas das coisas da Comissão de Anistia.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Como as Caravanas?

GILVEY VIANA:

Sim. Sempre naquilo que nos era possível, obviamente. Mas oficialmente nem eu nem Iara nunca participamos de nada da Comissão. Retifico, a Iara chegou a participar formalmente do Comitê de Acompanhamento da Sociedade Civil (CASC) e eu, informalmente. E o Paulo tinha um grau de confiança conosco para consultas. Eu fui mais de uma vez em reuniões e falava.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Reuniões internas da Comissão?

GILVEY VIANA:

Sim. Eu fui a reuniões de balanço, conversava com os conselheiros, cheguei até a ficar amigo de alguns deles. A experiência histórica da luta pela anistia e da questão dos comitês [brasileiros de anistia] foi uma forma de abrir participação para outros movimentos. Eu me inspirei nisso, achava que tinha ambiente para isso. Eu já tinha essa posição quando houve o PNDH-3 – do qual você lembrou com muita justiça e clareza – que já colocou o direito à memória e à justiça, ou seja, colocou uma nova configuração teórica. O que mostra que havia um pensamento na Comissão de Anistia a partir do Paulo com uma outra visão. Ela era confluyente, mas tinha uma vertente um pouco diferente.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Como assim?

GILVEY VIANA:

Com o Ministério da Justiça, o centro dele era a partir da anistia criar um conceito de Justiça de Transição. O de cá foi a partir de uma visão mais genérica de direitos humanos indicar o que deveria caber à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com o Paulo Vanucchi, que foi importante porque introduziu o PNDH-3. Ele introduziu o eixo 6, que é o direito à memória e à verdade; então, ele unificou esse conceito.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Eram ideias muito convergentes, né?

GILVEY VIANA:

Sim, mas eram fontes diferentes. E o instrumento que o Paulo Vanucchi tinha era a Comissão de Mortos e Desaparecidos, cuja potência tinha sido muito diminuída, porque estava na fase de busca [dos desaparecidos no Araguaia] e ele tinha que resolver os problemas de sabotagem do Exército, mas nesse período, ANTES da Comissão da Verdade e antes do final do governo Lula, o Paulo Vanucchi fez aquela grande mostra fotográfica da ditadura militar. Aquilo era inaugural. Depois eu fiz mostras pequenas sobre isso, mais dirigidas, que coroavam as caravanas. Então, ele não fez caravana, mas fez um tipo de coisa massiva que ele expôs no Centro Cultural da Caixa Econômica, na avenida Rio Branco, de acesso público. Fez algo semelhante em São Paulo. Ele agiu na mesma linha de massificar a questão dos direitos humanos e do direito à memória. Eu propus ao Paulo Abrão que precisávamos organizar e sistematizar as iniciativas das caravanas. Claro que para os jovens que participavam delas o mote era mais político, por isso havia alguma dificuldade em compor comitês no início, mas eu achava que tinha espaço.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

A sua inquietação era que as atividades da Comissão de Anistia terminavam em si mesmas e não deixavam lastro de mobilização, é isso?

GILVEY VIANA:

De mobilização e continuidade. Precisava ter um mínimo de organização. Por exemplo, podia ser meramente acadêmico, uma coisa que ele tentou algumas vezes. Ele era muito formalista. Nessa conversa ele me disse que deveria ir à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, ao que lhe respondi que aquela comissão era coisa de tucano [alusão ao PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira].

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Mas você não estava vinculado. Seria pela Secretaria de Direitos Humanos?

GILVEY VIANA:

Essa conversa já foi no período da Dilma, quando me ofertaram alguns cargos. E eu disse que queria cargos relacionados ao direito à verdade e memória, quando me ofereceram cargo na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos. A comissão só saiu da mão do PSDB quando o partido praticamente quis sair, que foi quando entrou a procuradora [Eugênia Augusta Gonzaga]. O Paulo Vanucchi organizou o direito à memória e à verdade FORA da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos exatamente para ele poder fazer atividades que esta Comissão não se dispunha a fazer: mostras, palestras, publicações e coisas desse tipo, inspirado na experiência da Comissão de Anistia. Eu fiquei dois ou três anos trabalhando lá, mas não trabalhava com eles de fato trabalhava com o Projeto Direito à Memória e à Verdade. Literalmente era uma coisa muito quadrada. O trabalho deles era muito pressionado pelo Ministério Público, que tinha uma visão muito liberal, do tipo "é a lei! tem que cumprir!" Aí mandava a Comissão fazer coisas das quais ela não dispunha de condições para realizar, daí a juíza também lhes cobrava. Era uma coisa infernal! Os familiares já estavam contra a Comissão, então era um ambiente complicado. Familiares se dissociaram e passaram a não confiar no Estado para esse tipo de iniciativa, mas apenas na justiça. Então, quando veio a Comissão

Nacional da Verdade, demoraram a instalar. A Maria do Rosário me convidou e eu lhe disse que devíamos criar comitês para ajudar a criar um ambiente de cobrança da Comissão Nacional da Verdade. Eu já tinha uma visão de que as coisas não iam andar muito adiante na CNV.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Os comitês tinham o objetivo de criar um ambiente de cobrança para a Comissão Nacional acontecer.

GILVEY VIANA:

Exatamente. Por isso que tinha relação com os comitês de anistia, que eram para cobrar a anistia. É pela verdade e pela nova anistia da anistia – ou seja, para a revisão da lei de anistia. Era o que estava no espírito destes comitês.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

A expectativa era que a Comissão Nacional da Verdade trouxesse a pauta da revisão da lei de anistia.

GILVEY VIANA:

Nem era que trouxesse a pauta, mas que passasse por cima, que é hoje uma teoria que engloba o Ministério Público Federal. Atropelasse essa lei, baseada numa questão de direito, que é a de que o acordo internacional tem jurisprudência interna, e que a lei de anistia não poderia anular uma decisão que seria maior que ela. Isso inclusive é uma discussão central que está no julgamento do STF [Supremo Tribunal Federal] à ADPF interposta pela OAB sobre a interpretação do parágrafo sobre os crimes conexos. Toda a discussão é sobre se o Acordo de São José e outros têm validade e, por incrível que pareça, o STF diz que tem, mas no caso da anistia não se aplica e entra numa teoria para justificar seu posicionamento. Eu fiquei seis meses trabalhando para a Secretaria de Direitos Humanos sem ser nomeado.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

E você ficou trabalhando em função de articular essas redes de comitês?

GILVEY VIANA:

Eu buscava em grande parte do Brasil quem era dos comitês de anistia, dos comitês de anistiados, dos grupos Tortura Nunca Mais, os militantes que tinham se aglutinado em torno disso e os familiares de mortos e desaparecidos, que é um número menor em virtude da massa de anistiados e ex-presos que tinha.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Você entrava em contato com pessoas que estavam envolvidos diretamente com pautas que tinham a ver com memória e verdade?

GILVEY VIANA:

Sim. A partir dessa movimentação eu sugeri a criação de comitês. Eu falava com figuras individuais, fazia reuniões. O Paulo [Abrão] fez uma atividade da Comissão de Anistia e eu fui

um dia antes para conversar com as meninas do GTNM [Grupo Tortura Nunca Mais], a Bárbara, a Cecília, os familiares dos mortos e desaparecidos do *partidão* [Partido Comunista Brasileiro] e outros que trabalhavam ali. Almoçamos com elas, que foram muito receptivas. Elas defenderam aquela teoria da suspeição sobre as ações do Estado e que a questão da revisão de anistia e do direito à verdade deveriam ser protagonizados pela sociedade e pelo povo. Eu lhes expliquei que o que eu dizia não fazia oposição a esta premissa, mas dizia que devia haver pressão por nossa parte. Elas achavam que não precisavam de um comitê porque já havia o GTNM; só que o GTNM tem atualmente uma pauta bem diversa, não é só isso. Eu convoquei uma reunião com pessoas interessadas no assunto que eu conhecia, inclusive ex-presos.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Aonde você fez essa reunião?

GILVEY VIANA:

Aonde a Jessie [Jane, professora aposentada de História da UFRJ] trabalhava.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA: No Largo de São Francisco de Paula, no IFCS [Instituto de Filosofia e Ciências Sociais] da UFRJ.

GILVEY VIANA:

Eu realizei a reunião numa das salas do IFCS.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Você se apresentava como Gilney da Secretaria de Direitos Humanos ou você disfarçava essa filiação?

GILVEY VIANA:

Não, eu só falava que não estava naquele momento organizando nada em nome da Secretaria. É uma política da Secretaria facilitar a organização dos comitês, o que sempre foi uma de nossas metas. E eu sempre procurei dissociar uma coisa da outra para não ficar pelega.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Como se dissocia?

GILVEY VIANA:

Primeiro os comitês são autônomos, então eles fazem o que quiserem. A única coisa que a Secretaria faz é construir uma ligação para poder fazer uma campanha.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Mas o que distingue uma cooperação bem-vinda entre grupos e órgãos e Secretarias de Estado e uma ação pelega?

GILVEY VIANA:

Quando uma pessoa quer ser pelega, ela o é sem ganhar nada, de graça mesmo.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Mas o que é “ser pelego”?

GILVEY VIANA:

Só fazer o que o governo manda. Em essência é isso; com ou sem dinheiro. Não tem criatividade nem autonomia para fazer nada. Esse era um processo que levava naturalmente a críticas ao governo, e por isso o incomodava, mas os comitês tinham a total liberdade para atuar. Foram criados vários comitês. E depois começou-se a criar várias comissões [da verdade]. É bom que se diga que o primeiro a defender a ideia das comissões foi o Ivan.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Ivan Seixas?

GILVEY VIANA:

Sim.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Junto com o Adriano Diogo [deputado estadual de São Paulo que presidiu a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva]?

GILVEY VIANA:

Isso. E dali ele disse que em São Paulo havia condições para se criar uma comissão. Eu tinha receio que este projeto não tivesse suporte, mas ele me disse que havia.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Quer dizer então que sua ideia original era de criar apenas comitês?

GILVEY VIANA:

Sim. Eu pensava em comissões da sociedade, e não do Estado. Comissões que investigavam determinada coisa.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Mas qual seria a diferença entre comitê e comissão? Se a comissão não fosse do Estado?

GILVEY VIANA:

O comitê é um órgão político que tem uma bandeira para defender, mobilizar e agitar. Uma comissão dispõe de foco investigativo, o que não é necessário para os comitês, mas alguns fizeram investigação e contribuíram. Agora, as comissões tinham que orientar as investigações. Os comitês chegaram a rivalizar uns com os outros, o que também aconteceu nos comitês de anistia. Mas a verdade é que a coisa se espalhou e depois, com a criação das comissões, é possível ver que muito da atividade acumulada pelos comitês foi para as comissões estaduais. Depois que eu ajudei a criar os comitês, nós fizemos reuniões dos comitês.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Que comitês você ajudou a criar? Você falou do comitê do Rio de Janeiro...

GILVEY VIANA:

Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina. Eu já não me lembro direito. Eu ajudei em Santa Catarina, mas lá já havia algumas particularidades, como noutros locais também. As entidades ou concorriam ou trabalharam junto com o comitê. Em Santa Catarina tinha uma organização pré-existente, mas criou assim mesmo. Lá em Foz do Iguaçu também foi assim. Minas Gerais foi a maior dificuldade, porque lá tinha um pessoal da [Heloísa] Greco que tinha uma visão um pouco parecida com a do pessoal do Rio de Janeiro, mas criou alguma coisa lá com o Betinho [Duarte] e outros lá. Pernambuco, que foi uma coisa bem organizada. Rio Grande do Norte. Eu fui à Belém e outras cidades. E depois eles foram criados por iniciativa dos outros.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Você chegou a ir ao Amapá?

GILVEY VIANA:

Não. Surgiu muita coisa depois. E chegou a um ponto que as pessoas queriam que eu organizasse e eu não queria exercer um papel de liderança. Eu já tinha cumprido o meu papel de mobilização. Houve uma reunião no Rio de Janeiro – é sempre muito complicado definir lá – e eu fui conversar com eles, que não queriam ter direção, mas uma coordenação aberta. E eu disse que não era essa a minha preocupação. Depois eu percebi uma coisa que tanto me angustiava: é que tanto o movimento de anistia quanto o movimento dos familiares de mortos e desaparecidos, de reconhecimento dos corpos e a CNV eram formados por muitos daqueles que nós conhecemos, convivemos, que participavam das organizações de que nós participávamos. Era uma visão de que o universo dos atingidos que nós defendíamos no fundo é o conjunto daqueles que o Estado reconheceu como inimigo. Publicamente nós temos documentos sobre isso. Por exemplo, a anistia – essencialmente até hoje, com algumas alterações – tem como alvo aqueles que o Estado acusou de serem subversivos ou foram condenados como subversivos. Isso está na lei, inclusive. E qual era maior expressão dessa acusação? Era ser processado, isso está nos processos. Segunda expressão é estar nos arquivos do DOPS [Departamento de Ordem Política e Social] ou do SNI [Serviço Nacional de Informações]. Tanto é que inicialmente na anistia você copiava o seu processo na sua denúncia e dali se reconhecia se era perseguido. Depois, virou norma na Comissão de Anistia com o Paulo [Abrão] o requerimento no Arquivo Nacional se havia alguma informação sobre o cidadão requerente.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Quer dizer, tinha que caracterizar essa perseguição política pelo Estado.

GILVEY VIANA:

O documento que comprova sempre vinha do Estado.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Isso me leva a um outro tema que também é importante e no qual você teve atuação destacada: populações como a de camponeses ficaram fora.

GILVEY VIANA:

Aí você vai chegar aonde eu queria! O outro elemento é o seguinte. A nossa concepção – e que preside toda a anistia até hoje – de que o perseguido é um indivíduo que tinha uma visão política, uma consciência, um filiado ou militante.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

E para caracterizar essa condição de perseguido a crítica de vocês é que se buscava sempre um documento do Estado.

GILVEY VIANA:

Era sempre o Estado que legitimava que eu sou subversivo. Eu só sou subversivo se o Estado reconhece que eu sou. É isso que a anistia fez. Na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos só se reconheceu quem era militante, excepcionalmente e só quem de uma certa forma foi indicado pelos familiares. E aí tem dois aspectos que destacam o papel histórico fundamental dos familiares, para alargar e limitar. Eles alargaram o leque dos atingidos – mortos e desaparecidos – mas limitavam porque só chegavam ao ponto em que essas pessoas tinham o aval de um partido, de uma organização ou movimento. Então presidiu a visão delas. Desgraçadamente a Comissão da Verdade comprou essa visão, porque era muito fácil para aquelas pessoas, em sua maioria advogados que não queriam peitar o Estado. Sabiam que iam fazer o enfrentamento de identificar os torturadores e isso eles fizeram – eu reconheço o mérito deles. Mas não alargaram o escopo das vítimas. Eles fizeram um pouco mais de reconhecimento que a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos e um pouquinho a mais do que o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos elaborado pelos familiares. Então, eles só legitimaram o que já tinha sido feito antes, praticamente. E, para aumentar um pouquinho, eles reconheceram uma companheira de 1950 morta lá no Rio Grande do Sul. Se queriam pegar antes do golpe, havia uma lista de cem a duzentas pessoas! E era gente do partidão, já que o critério era esse [de filiação a organizações políticas]. Tem esse viés. E por incrível que pareça, nós não conseguimos alargar isso com os comitês e as comissões. Esta noção só vai se expandir no pós Comissão Nacional da Verdade. Numa parte das comissões, não em todas, vai se alargar essa concepção da CNV, da Comissão Especial e Comissão da Anistia. Aí eu também tenho parte nesse processo; aí eu tenho parte! Fizemos uma reunião de comitês e de familiares em virtude de uma guerra que eu levantei a tese lá de que devíamos alargar os atingidos. Nós fizemos um encontro em São Paulo.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Em que contexto este encontro se deu? Já tinha comitê ou era o seu processo de criação?

GILVEY VIANA:

Já tinha comitê, já tinha Comissão de Mortos e Desaparecidos, tinha tudo. No encontro eu defendi que tínhamos de incluir os índios e os camponeses e a maioria dos que se

manifestaram foi contra. Pode uma coisa dessas?! A maioria era gente militante! As pessoas que deram a vida por isso, que eu conheço há cinquenta anos, com quem eu militei em várias situações.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Eram pessoas de vários comitês e de vários estados reunidas em São Paulo?

GILVEY VIANA:

Isso. Um dos argumentos que algumas lideranças de mortos e desaparecidos, familiares e militantes usou afirmava que não eram contra, mas que não iam defender porque já tinham seus próprios problemas. Chegaram a falar que isso atrapalharia os seus processos. Uma pessoa chegou a falar isso. Outros diziam que não havia ambiente nem condições para isso. De uma certa forma você vai ver isso: leia os relatórios! A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, a Comissão de Mortos e Desaparecidos e mesmo a CNV, cujos parâmetros divergia dos outros dois, mas também se restringiu aos parâmetros das leis anteriores, o que é uma violação da própria interpretação de direitos.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

A sua crítica é que a CNV tinha a possibilidade de delimitar um universo muito maior de atingidos pela ditadura e não fez isso. Eu compreendi bem?

GILVEY VIANA:

A lei é diferente e o mandato é diferente. Os poderes são diferentes. Se a lei é diferente e você interpreta como a anterior, que é mais restritiva; se o mandato é mais amplo e há competências que não foram usadas, isso é estar praticamente prevaricando e isso eu falei diretamente com eles. Não só não concordo, mas me opus. Elaborei e fiz uma lista de 1196 [perseguidos pela ditadura] que corre até hoje. Agora eu vou soltar uma outra lista de milhares. Escrevi um livro, fiz um documento com a assinatura da Secretaria de Direitos Humanos, então não foi o Gilney, foi o Estado que mandou para ela. Aproveitei de informações da Iara, Suzana e outras fontes. Não eram só as minhas porque eu nem tinha tempo para fazer isso sozinho. Mas eu decodifiquei que tipo de camponês, quem era sindicalista, quem o Estado atingiu. Dessa lista toda só pegaram dois ou três.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Quando você diz "só pegaram dois ou três" você se refere à CNV?

GILVEY VIANA:

Sim. Eles quase só pegaram aqueles que constavam no dossiê dos familiares.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Gilney, me tira uma dúvida. Eu li um trecho do relatório da Comissão Camponesa que menciona um estudo feito pela Secretaria de Direitos Humanos que vai falar desses 1196 afetados. Você fez esse trabalho na Secretaria?

GILVEY VIANA:

Sim.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Você mobilizou o pessoal da Secretaria para isso? Qual foi a matéria-prima dessa pesquisa?

GILVEY VIANA:

O governo é uma bagunça muito grande para isso. Essas pessoas que não participam do governo acham que o Estado é uma beleza, o que é uma grande balela. A maioria funciona um pouco na marra e lá mais ainda. Vamos definir bem qual é a diferença conceitual porque essa é a crítica que eu faço à CNV. Primeiro, eles tinham todos os instrumentos para ampliar a investigação. NÃO QUISERAM! Isso foi uma decisão política. Por que não reconheceram o “gringo” Raimundo Lima, do Araguaia?! E não era da guerrilha, não, era do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia. Você aplicou o mesmo conceito de sindicalista assassinado que não era identificado pelo Estado, que tem uma discussão do agente privado em função do Estado, que nós, da Comissão Camponesa, defendemos arduamente isso. Dois pesos e duas medidas para as mesmas situações. Isso não é um problema de burrice, mas de decisão política. Não querer porque não querem que a ditadura aparecesse relacionada com milhares de mortos e desaparecidos políticos. É o limite da consciência deles. É um limite que de certa forma a Dilma [Rousseff] impôs, porque eles podiam romper. De uma certa forma as famílias romperam com a Comissão Nacional da Verdade.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Se não me engano, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, uma vez que se extingue a CNV, produz um documento de crítica a essa categoria muito tímida de perseguido e diz ser importante ampliar para incluir figuras que não são classicamente compreendidas como perseguidos políticos.

GILVEY VIANA:

Isso eu fiz lá dentro! Eu me reuni com os membros da Comissão de Mortos e Desaparecidos e expus a minha crítica. Como eu também fiz na Comissão de Anistia, só que ela era menos perseguida pelo Exército, o que fez com que ela desse mais abertura para esse tipo de postura crítica. Eu falei que não trabalharia naquelas condições, que eu julgava conservadora. Por exemplo, quando da instalação da CNV eles enviaram todos os seus arquivos, mas a CNV não tinha condições de processar toda a documentação! Havia vários pedidos negados e eu lhes sugeri que fizessem revisão, que eles só fizeram bem depois. Alguns a Comissão Nacional da Verdade fez e depois eles fizeram.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Você acha que esse diálogo pouco frutífero da Comissão de Mortos e Desaparecidos com a CNV foi por causa das duas partes?

GILVEY VIANA:

Quando uma parte está num topo mais elevado a responsabilidade será dela. A CNV tinha condições de pedir tudo, como pediu, mas sempre como se fossem advogados; “traz o processo”. Daí levávamos o documento, agora analisar 40, 50 mil documentos não é fácil! E nem todos os membros da equipe estavam habituados a esse duro serviço que exige muita leitura, saber analisar o documento, saber a diferença entre crimes e competências. Isso demanda tempo, não se resolve esse tipo de tarefa com meia dúzia de gente.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Então a CNV não se valeu dos saberes acumulado pela Comissão de Mortos e Desaparecidos?

GILVEY VIANA:

Se valeram da Comissão de Mortos e Desaparecidos para se limitar a eles, não para ultrapassá-los. Então não precisava de uma delegação tão ampla! O primeiro artigo da lei 12.211, [de 18 de novembro de] 2011, que cria a CNV, fala em investigar graves violações de direitos humanos, não fala que a vítima tem que ser um político, porque isso seria um absurdo diante da legislação internacional voltada para os direitos humanos referentes à justiça de transição. Eu vendo isso pensei em criar uma comissão indígena e outra camponesa. A Comissão Indígena já vinha sendo ensaiada por antropólogos e eu pensei que não tinha muita afinidade com eles, apesar de saber que era uma equipe muito boa.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Eles chegaram a produzir relatório?

GILVEY VIANA:

Sim.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Não consegui encontrá-lo.

GILVEY VIANA:

Eles não o publicaram separadamente; ele se encontra no anexo do relatório da CNV, nos eixos temáticos. A Maria Rita Khell queria ter feito o mesmo com o que produzimos na Comissão Camponesa, mas nós não aceitamos. Mas eu tive esse papel de propor a Comissão Indígena; conversei com pessoas interessadas no assunto e evitei procurar antropólogos de início porque eu achei que Comissão Indígena sem índios seria estranho.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Afinal, qual foi o desenho dela?

GILVEY VIANA:

Eu fiquei quase um ano para convencer a direção da APIB [Articulação dos Povos Indígenas do Brasil] que é a única organização nacional indígena que temos atualmente e é apoiada pelo CIMI [Conselho Indigenista Missionário]. E os índios estavam muito céticos devido ao passado

de exploração do Estado brasileiro com relação aos seus interesses, enfim, uma visão histórica. Eu argumentei que era uma oportunidade para eles colocarem demandas do passado e do futuro no próprio presente, um conceito que vamos trabalhar na Comissão Camponesa. Fala-se de *presentificar*. Isso é coisa de academia, não é?

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Imagino que sim.

GILVEY VIANA:

Isso é coisa do Sérgio Sauer. E conseguimos o apoio da APIB para a criação da Comissão Indígena. Eu cheguei a participar da reunião da APIB, dos índios com alguns antropólogos e pesquisadores. Eu vi que eu não conseguiria tocar dois trabalhos muito amplos, como os da Comissão Indígena e Camponesa e, em segundo lugar, eu vi que na Comissão Indígena as coisas iam andar mais devagar. Eu deixei nas mãos do CIMI, mas eu ajudei a organizar.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Você ajudou a organizar no sentido de que você foi o mentor?

GILVEY VIANA:

Eu fui proponente, outras pessoas se mexeram independentemente de mim. Não atuei sozinho. Mas eu asseguro a você que quem foi falar lá conversar com os índios fui eu. Não o índio categoria abstrata e social, digo o índio gente, pessoa, que é representante de povos. Eu fui falar com eles neste processo.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Como você conseguiu chegar até eles?

GILVEY VIANA:

Através da APIB, da qual fazem parte estas lideranças. Quanto à Comissão Camponesa, nós fomos conversar com a CONTAG [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura] porque ela é a única organização que atravessou todo o período da ditadura e por isso ela é fundamental. Ela é depositária de muitas das vítimas da história. Eu fui lá conversar com o presidente e ele apoiou. Uma pessoa muito importante nisso foi a Nicinha, [Cléia Anice da Mota Porto], assessora da CONTAG que saiu para assumir a presidência da ABRA [Associação Brasileira de Reforma Agrária], que é minha amiga. Eu fui a outros movimentos camponeses como o MST, que ficou receoso por não ter participado tanto daquele período por ser de organização mais recente. Eles se interessaram, mas as dinâmicas das lutas deles não estavam focadas nisso, essa questão era secundária para eles. Em 2012, houve o Congresso Unitário dos Povos, das Terras, das Florestas e das Águas. Eu participei deste congresso como convidado, e eu sabendo como funcionam congressos, ainda mais com milhares de pessoas, eu tive que monitorar porque havia uma comissão grande para fazer as resoluções. Eu não estava lá dentro desta comissão, então tive que garantir apoio de parte de seus membros. Eu contei com o Stédile [João Pedro Stédile] e com o apoio do pessoal da CONTAG. Eu apresentei a proposta ao público do congresso. Depois foi constituída a Comissão Camponesa. Eu queria que essa

comissão tivesse suas atividades acompanhadas pelos movimentos sociais, o que também pretendia para a Comissão Indígena, mas lá isso funcionou com uma potência política menor.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Eu vi que a relação de conselheiros da Comissão Camponesa era enorme, com dezenas de pessoas. Como isso funcionou na prática?

GILVEY VIANA:

Na verdade até hoje estamos organizados na Comissão Camponesa.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Ainda existe a Comissão?

GILVEY VIANA:

Existe!

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Mas vocês já entregaram o relatório final.

GILVEY VIANA:

Nós não estamos preocupados com isso, não! Nós não somos parte do Estado. Depois eu vou te falar o que nós estamos fazendo atualmente. Depois que foi instituída a sua criação eu fui buscar articulação com um grupo de pesquisadores das universidades. Na UnB [Universidade de Brasília] eu procurei a Regina Coeli e o Sérgio Sauer, que tem uma particularidade. Ele é professor, bem-conceituado e militou no movimento camponês. Ele foi assessor da CPT, do MST. Ele tinha uma ligação até afetiva com esta atividade. No Rio, o Palmeira [Moacir Gracindo Soares Palmeira], o Marco Antônio [Marco Antônio dos Santos Teixeira] e a Leonilde [Medeiros] não tinham contato com esse pessoal. Eu fui lá e argumentei que era uma oportunidade de trazer a questão camponesa para o centro do debate; esse assunto sempre foi tratado como questão de polícia. Eles editaram um livro, com o auxílio do Governo do PT, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, chamado *A repressão política no campo*. Eu não sabia que eles é que estavam editando. No final do governo (Lula) eu peguei boa parte destes livros e tirei de lá.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Não entendi o que você quer dizer com “pegou os livros”.

GILVEY VIANA:

Eu os peguei para poder distribuir. Eles tinham dificuldades porque a repressão já estava em cima, dizendo que eles faziam aquilo como subversão. Tinha uma guerra psicológica em cima disso, entendeu?

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Sim.

GILVEY VIANA: Então eu também ajudei ali. E a pessoa responsável pela edição dos livros era uma pessoa que eu conhecia da Fundação Perseu Abrão, o Joaquim Soriano, que fazia um bom trabalho. Esse pessoal que fez esse projeto do livro é muito ligado ao Palmeira e à Leonilde.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

A segunda edição do livro saiu pela Secretaria de Direitos Humanos?

GILVEY VIANA:

Não, nós fizemos em co-edição com eles. Melhoramos um pouco a caracterização política da repressão, porque todo o problema era o seguinte: a repressão no campo foi despolitizada e a luta no campo foi politizada com relação ao latifúndio e ao agronegócio, e não com relação ao Estado. Só pegar os documentos do MST e da CONTAG.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Denunciavam os latinundiários e não a convivência que existia entre os agentes do Estado e os repressores?

GILVEY VIANA:

Não havia o reconhecimento de que havia uma ligação, em que os latifundiários eram os representantes do Estado. Isso é uma teoria que eu depois ajudo a elaborar. Outros já tinham teorias deste tipo, não é que eu tenha criado, não, mas eu a encorpei. Essa é a grande contribuição. Claro que havia mais coisas importantes, tanto que quando surgiu a ideia da Comissão eu fui procurá-los porque eu percebi que eles faziam um bom trabalho. O meu trabalho foi o de buscar engajá-los. Depois eu fui para São Paulo, aonde eu conhecia menos pessoas da academia e a nossa rede de pesquisadores cresceu, contava com mais de sessenta intelectuais. O Sauer foi muito importante neste processo porque ele conhecia mais gente na academia do que eu.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Então ele foi um multiplicador na academia?

GILVEY VIANA:

Sim. E dentre aqueles que tinham uma origem mais partidária e em organizações sindicais, eu atuava. Aí nós construímos uma direção. Nós não tínhamos muita preocupação com isso. A Nicinha da CONTAG que participou mais ativamente. A representante (menina) do MST participava das reuniões e dava opinião política.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Vocês chegaram a recolher testemunhos?

GILVEY VIANA:

Com a tendência de os historiadores valorizarem os testemunhos – e eu acho que eles são muito importantes mesmo - eu acho que acabou criando um certo viés. Eu já li sobre essas

coisas, mas não tenho competências para criticar, mas eles me deixam um pouco desconfiado. Eu já recolhi muitos depoimentos noutras oportunidades, inclusive de camponeses. Eles são ótimos na questão da experiência local ao narrarem o que viveram; de uma certa forma, eles dão vida ao fato histórico e por isso são importantes. Mas nem sempre acrescentam muito na narrativa mais ampla. Só quando se recolhe muitos, aí realmente dá um efeito mais impactante na narrativa mais ampla. Mas eu não estava muito preocupado com isso.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Vocês trabalharam mais com documentos?

GILVEY VIANA:

Sim. E o pessoal que contatamos já tinha um grande acúmulo de testemunhos e também de documentos.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

]Então o trabalho de vocês foi o de sistematizar o que já se encontrava acumulado, mas disperso? Ou vocês também avançaram em frentes novas de pesquisa?

GILVEY VIANA:

Sim. Nós não avançamos tanto porque era uma equipe grande de professores.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Nesse sentido, [a comissão] teve um formato bem diferente das outras, né?

GILVEY VIANA:

Sim, porque era uma coisa nacional; algumas pessoas com muita contribuição, que nem conseguimos absorver todo o trabalho de todos os membros. Tivemos de fazer uma síntese mais política da coisa e nesse sentido o Sauer foi fundamental. E quanto às novas frentes eu acho que pude contribuir. A CPT [Comissão Pastoral da Terra] foi muito importante para o nosso trabalho. ELES é que tinham os documentos acumulados de 84 até aqui.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Esses documentos acumulados já tinham sido trabalhados?

GILVEY VIANA:

Sim, em parte. Ano a ano. Se você for à fonte deles, há possibilidades bem maiores de se investigar. Eu cheguei a consultar o material e explorar alguma coisa, mas o acervo é enorme.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Quer dizer que a missão de vocês era um pouco a de desbravar uma nova maneira de olhar para o assunto das relações no campo.

GILVEY VIANA:

Sim. O problema todo era essa discussão de que era preciso canalizar esse debate para a repressão política, porque esse ponto não ficava tão evidente. Em segundo lugar, tratava-se de

descrever como o Estado atuava no campo: por si só, via terceiros e latifundiários, como isso foi terceirizado em alguns contextos e o papel da polícia nesse contexto.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Deixa ver se entendi, Gilney. A novidade que vocês trazem, na medida em que resgatam a questão camponesa é a de, digamos, revesti-la de uma nova narrativa que a politizava. Esta narrativa, por sua vez, estava despolitizada porque narrava-se a violência no campo a partir da relação conflitiva entre o camponês e o latifundiário, como se o Estado não tivesse um papel ativo, seja por envolver os seus operadores desde sempre, seja mesmo por fechar os olhos e se omitir. Vocês buscaram implicar o Estado numa relação que até então era descrita como o conflito entre camponeses e latifundiários. Essa é a novidade que vocês trazem. E ao fazer isso vocês caracterizam os camponeses como vítimas POLÍTICAS da perseguição da ditadura.

GILVEY VIANA:

Exatamente isso. E é por isso que eu fiz aquela lista, mesmo com a resistência de alguns dos nossos pesquisadores. Eu já tinha acompanhado o trabalho da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos de dentro. Os historiadores estavam lá porque queriam narrar a história da repressão, das violações e dos crimes cometidos. Eu concordava com tudo isso e marginalmente eu queria identificar os mortos e os desaparecidos, porque aonde eu pudesse identificar a ação do Estado eu queria fazê-lo.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Era a maneira de você conseguir ser ouvido naquele contexto.

GILVEY VIANA:

Mas nem isso conseguimos.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Você diz que não conseguiram porque a Comissão Nacional afinal deu àquele volume final do relatório um status diferenciado, é isso?

GILVEY VIANA:

Vamos analisar os resultados. O relatório da CNV é o Volume I e o Volume III. Já o Volume II não é relatório da CNV, são textos temáticos de responsabilidade dos assinantes individualmente. Me parece que se cria uma ideia de mortos de duas categorias: o que é reconhecido pela CNV e o que não é, que é só citado. O pessoal indígena e até mesmo do Ministério Público não concordaram com essa minha visão. Para eles valia à pena estar no relatório mesmo nestas condições, ainda que eles reconhecessem que a forma podia ter sido melhor. Eu discuti com eles.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Com o Ministério Público?

GILVEY VIANA:

Sim. Porque eles pensam com categorias um pouco diferentes. Eles vêem como uma informação pode ser judicialmente utilizada.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

O fato de ter o nome no relatório já fornece um elemento processual.

GILVEY VIANA:

E para eles não importava tanto se estava no relatório principal ou secundário. A meu ver, isto foi um fracasso da CNV por não ter incorporado mais mortos e desaparecidos. Quanto à Comissão Indígena, a relatora, Maria Rita Khel, aceitou o que a comissão indígena fez e ela queria que nós também fizéssemos essa revisão, mas nós não aceitamos. Porque a CNV é Estado, mas nós somos sociedade. Os índios, por razões históricas, aceitaram fazer o relatório – não por eles, mas pelos antropólogos e outros pesquisadores.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Vocês [a Comissão Camponesa] optaram por fazer uma edição própria do relatório, mas subsidiaram o trabalho da Comissão Nacional [CNV] de alguma forma, com alguns nomes?

GILVEY VIANA:

50 a 70 por cento daquele texto ela capturou do nosso. Mas nós vimos que não tinha uma coerência e estrutura, nem codificava as coisas. Foi um trabalho mal-feito, particularmente porque nós tínhamos uma competência intelectual muito grande. Não estou dizendo que ela não tenha, porque é uma pessoa que era politicamente favorável, mas ela não encampou a questão dos mortos e desaparecidos no campo.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Quer dizer, de caracterizar os camponeses como mortos e desaparecidos.

GILVEY VIANA:

Exato. E incluir isso na relação. A Rosa [Cardoso] também não peitou isso. Depois, em conversa pós-comissão, ela disse que não tinha muita clareza deste aspecto como concepção mesmo, por causa do aspecto jurídico.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

E acabou entrando como relatório temático.

GILVEY VIANA:

E havia o problema da responsabilidade. Podia entrar com o nome que fosse: temática, anexo, o que fosse. Mas tinha que ter uma responsabilidade expressa. O nosso trabalho foi feito de uma forma melhor que o dela [Maria Rita Khel], melhor que o da Comissão [CNV], editamos pelo Senado com o apoio do Paim [Antônio Paim, Senador pelo PT] e continuamos um trabalho hoje, pena que mais puramente acadêmico, de pesquisar. Agora eu posso falar um pouquinho do que eu estou fazendo.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Claro!

GILVEY VIANA:

Eu comecei um trabalho de fazer uma revisão do BNM [Brasil Nunca Mais]^{xii} em função dos camponeses. 90 ou 95 por cento do material do BNM é cópia integral ou parcial dos processos que correram na justiça militar; eles também fazem análise desses processos, que é muito interessante; e em terceiro lugar eles têm algumas atividades como a Comissão de Justiça e Paz, também muito interessante. Aquilo que se levava cinco anos no arquivo do STM [Superior Tribunal Militar], você leva instantes para buscar. O BNM é fundamental. Agora vem o Memórias Reveladas. Eu devo estar perto de ter lido meio milhão de páginas do BNM. São muitos anos lendo este material. Eu já li todo o do Partidão, que é o de número 279 e o 266, que é do partidão do Nordeste. Literalmente, cada um tem trinta mil páginas, e não são apenas páginas processuais, mas também constam documentos da esquerda e que não foram produzidos pelo poder policial e judiciário deles, mas coisas que eles capturaram.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Nessa lista de vocês de 1196 mortos e desaparecidos, parte deles vocês recuperaram neste acervo do BNM?

GILVEY VIANA:

Parte eu busquei ali, mas também contei com o acúmulo da CPT, do MST, da CONTAG e de pesquisadores das universidades. No BNM mesmo só consta meia dúzia da minha lista, porque a maioria desses casos não foi judicializada na justiça militar.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Daí essa dificuldade de adequar este regime de reconhecimento que estava instituído, que apenas reconhecia a condição de vítima se o Estado a tivesse chancelado como perseguida.

GILVEY VIANA:

Corretíssimo. O acervo do BNM foi feito pelo pessoal da Igreja Católica e da Igreja Luterana e pelos advogados. E eles têm uma visão muito jurisdicista. Eles utilizam a categoria *atingidos*, da qual eu gosto porque é um termo mais amplo. Ela se subdivide em denunciado, indiciado, testemunha e declarante, que são categorias judiciais de processos. Depois de ler diretamente as fontes primárias e não as sínteses que eles fazem, eu observei que, para os camponeses, isso não funciona integralmente para nenhuma categoria. Isso quer dizer que as 15 mil vítimas atingidas que estão registradas ali na verdade extrapolam estes dados [o número de atingidos do BNM é de 17.420]; os 600 camponeses na verdade são 1.555. Esses dados são sobre aqueles que foram juridicamente atingidos e por isso são tratados enquanto tais pela lei e pelo sistema de anistia. Se você ler os inquéritos - acontecia tanto com a categoria trabalhador quanto de estudante -, às vezes eles prendiam cem trabalhadores de uma vez, ouviam cada um deles e, dependendo do tipo de declaração e avaliação, os militares os distribuíam dentro daquelas categorias jurídicas processuais. Agora, o número de presos que foram ouvidos e que ao final não foram enquadrados em nenhuma dessas categorias é maior do que o dos outros,

pelo menos no caso dos camponeses. Na verdade, o universo daqueles e daquelas que estão na condição de elegíveis para anistia é bem maior. Na Comissão de Anistia, isso não fez muita falta porque o Paulo alargou os entendimentos. Eu queria ter parceiros para rever o BNM integralmente. Eu fiz uma revisão encomendada pelos bancários, porque eles queriam que eu escrevesse um artigo com uma professora. Qual o maior banco de dados de vítimas da ditadura? A Comissão de Anistia: 76 mil.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

E é um material sem nenhuma sistematização.

GILVEY VIANA:

Podemos falar um pouco mais sobre essa complicação. Mas o universo é muito maior do que o registrado. Eu estou trabalhando só com os camponeses para alargar este universo específico de atingidos. Ainda tem muito trabalho a ser feito para precisar melhor esses dados.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Na Argentina, quando se fala em mortos e desaparecidos, fala-se em estimativa. No Brasil, se consagrou a referência a números precisos.

GILVEY VIANA:

Eu estou fazendo esse trabalho de alargar e analisar. Eu estou na etapa de revisão e criei outra categoria de atingidos pela ditadura no período da transição.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Qual é?

GILVEY VIANA:

A dos referidos. A terceira onda repressiva, que era centrada nos camponeses. Por incrível que pareça, essa é a onda que mais atinge os camponeses.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Já no final da ditadura.

GILVEY VIANA:

É o período Figueiredo [1979-1985]. E depois na transição civil também [período Sarney, 1985-1988].

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Gilney, já que você esteve muito envolvido com a questão indígena, eu queria te perguntar se ela te parece mais difícil de lidar do que a questão camponesa.

GILVEY VIANA:

É mais fácil.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Mais fácil? Me diga por que é mais fácil caracterizar como político.

GILVEY VIANA:

Porque a responsabilidade do Estado sobre os indígenas é secular, é legal, constitucional. A tutela até outro dia era constitucional, porque o reconhecimento de direitos diferenciados para os indígenas é garantido.

**CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:**

Quando eu li o relatório da Comissão Camponesa, eu fiquei pensando nos índios. Eu imaginei que caracterizar a luta pela terra como uma luta política talvez seja mais simples do que, por exemplo, o massacre de uma comunidade indígena para a construção de uma grande estrada, com a desculpa do interesse público. Talvez te interesse conhecer o trabalho da Comissão da Verdade do Amapá [Comissão Estadual da Verdade Francisco das Chagas Bezerra, Chaguinha]. Esse tema surgiu na conversa com o Dorival [Dorival Santos, ex-presidente da Comissão]. Não nessa perspectiva comparada com os camponeses, mas observando a dificuldade de abordar a questão indígena.

GILVEY VIANA:

Mas eu não encontrei na internet [o relatório da Comissão].

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Eu posso te passar o relatório e também a entrevista que eu fiz com o Dorival [Santos]^{xiii}, que participou da comissão deles e é historiador, mas também foi candidato a deputado [estadual]. A agenda e os interesses dele não são apenas puramente acadêmicos. Eu lembro que na conversa com o Dorival, já não sei se isso está ou não registrado na entrevista, ele se referia aos crimes cometidos contra os indígenas com a categoria "crime econômico".

GILVEY VIANA:

Mas a tese do relatório da nossa Comissão [Camponesa] é melhor: são graves violações de direitos humanos; não importa se é violação política ou não. Isso que a CNV não quis ampliar, ainda que tivessem todo o mandato legal para isso. Há os relatórios da Colômbia e Guatemala que confirmam o massacre dos índios e não há como alegar o argumento do inimigo político-partidário, o que seria ridículo.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Na Bolívia também.

GILVEY VIANA:

Exatamente. Para resumir: por que é mais fácil definir o crime contra o indígena? Porque a caracterização do crime apurado pela CNV é ampla, diz respeito a graves violações de direitos humanos, o que não envolve apenas tortura. Aqui ficou mais decodificado como tortura, sequestro, desaparecimento, assassinato.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

E também prisão ilegal.

GILVEY VIANA:

Sim. Mas ele [o conceito de “graves violações de direitos humanos”] possui um sentido mais amplo. Em segundo lugar, a responsabilidade sobre os índios sempre foi constitucional e legal. Durante boa parte do tempo esse domínio foi feito por militares e eles sempre registraram isso, desde a época de Rondon [Marechal Rondon, 1865-1958].

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Você diz esse processo de dominação e repressão dos indígenas está registrado?

GILVEY VIANA:

Boa parte está. Inclusive assinado, como o Relatório Figueiredo, em que há a descrição dos crimes cometidos. Quanto a este aspecto, eu cheguei a comentar com o presidente da CNV [o último presidente da CNV, Pedro Dallari] em tom de crítica: “nem isso vocês aceitaram.” No dia em que eles apresentaram o relatório lá no Senado Federal [em 10 de dezembro de 2014], eu fiz parte da mesa. Isso está gravado, e eu fiz essa crítica.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Eu me lembro. Saiu no jornal, foi um reboliço.

GILVEY VIANA:

O Dallari pediu réplica, disse que se admirava por eu representar o governo e naquele momento estar criticando a CNV, uma instituição do governo. Eu respondi: eu falo em defesa da verdade, e falo em nome daqueles que nada têm e até a verdade deles vocês querem tirar, como diz o poeta assassinado pelos fascistas. Aí a Ministra [Ideli Salvatti, da Secretaria dos Direitos Humanos] imediatamente me telefonou antes mesmo de eu sair do Senado e me falou: “você está despedido. Não dá para você continuar.” Eu respondi que entendia. Ela me conhece, perguntou se eu esperava ela nomear uma outra pessoa e eu aceitei, ainda esperei um ou dois meses. O Ivan [Seixas] entrou no meu lugar.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Então a sua denúncia repercutiu muito mal. Eu não sabia desse desdobramento.

GILVEY VIANA:

Foi uma crítica de que eles foram parciais e não tiveram coragem de avançar. E esse é o meu parecer mesmo. E tinha várias outras críticas que podiam ser feitas.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Mudando um pouco de assunto: você acha que as redes do PT tiveram um papel importante nesse processo de expansão das comissões [da verdade]?

GILVEY VIANA:

Acho que houve um processo mais amplo, aonde os governos estaduais de outros partidos inclusive tinham abertura para isso. Em alguns lugares menos e outros mais. Mas o ambiente era outro. Já tinha passado o pico da contradição, que era catalisar que o crime sistêmico cometido pela ditadura era de responsabilidade de toda a cadeia de comando. Eu consultei todos os relatórios de comissões que estavam na internet. Alguns são muito interessantes. Você chegou a ler?

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Eu li boa parte deles. No Rio, o de Volta Redonda é especialmente bom.

GILVEY VIANA:

Mas não é camponês, não né?

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Não.

GILVEY VIANA:

Eu só li aqueles que têm a ver com camponeses.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

O relatório do Rio [da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro] tem.

GILVEY VIANA:

É que é um número muito pequeno, daí não me ajuda muito no trabalho atual.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Claro. Gilney, tem uma pergunta importante que ficou faltando: como você se aproximou dessa pauta dos camponeses? Foi por que você identificou que havia um segmento extensíssimo que não estava contemplado nesta categoria de "atingido"?

GILVEY VIANA:

Foi fundamentalmente por isso. E também o fato de que morei no Mato Grosso, na Amazônia, e essa questão sempre foi muito forte lá. Quando eu fui deputado [federal], meu mandato tinha a causa indígena como uma pauta central. Até hoje os índios me reconhecem, me cumprimentam. Me procuram, às vezes. Em função disso e também de uma compreensão política a qual eu demorei a adquirir, a sistematizar e a conceituar adequadamente de que a luta contra a ditadura foi muito ampla e a repressão foi mais ampla ainda. Nos restringirmos àquela história conhecida é de um reducionismo muito grande em prejuízo de conhecer a verdade, de rever a história e de fazer justiça a quem lutou. Às vezes lutou de uma forma que não era a sua nem a minha, mas lutou, e por isso foram reprimidos. De uma certa forma, isso está muito ligado a condicionantes da história brasileira de que a certas classes é permitido um certo protagonismo político. Aos índios não era reconhecido protagonismo, de tal forma que era

tutela e a luta contra esse domínio era entendida como um tipo de rebeldia contra a tutela. E os camponeses eram excluídos, porque toda a sua luta era para terem seus direitos reconhecidos.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Gilney, qual seria a diferença entre o tipo de violência que se cometeu contra o camponês na ditadura e o tipo de violência que se comete na democracia? Tem alguma distinção ou estamos falando da mesma coisa?



GILVEY VIANA:

Estamos falando de processos que têm em comum o traço histórico da exclusão dos camponeses à cidadania.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Mas tem algum traço específico da repressão exercida na ditadura?

GILVEY VIANA:

Tem, porque você deve olhar como seu deu na história, na curva histórica dos conflitos. Eu busquei refazer a série histórica dos mortos e desaparecidos já pegando a contribuição dos trabalhos das comissões estaduais da verdade e de alguns pesquisadores – alguns já publicados, outros não. Particularmente da Universidade Federal do Pará há duas pessoas muito boas que contribuíram para a Comissão da Verdade de lá, o Girolamo Trecani e a Cleilane Silva dos Santos, ambos professores da UFPa. Teve também o Ronaldo Barata, que foi superintendente do INCRA. Você vê que a curva histórica dá um salto quando a ditadura está no pico, na década de 80 há um salto quase exponencial com relação aos camponeses. Então a ditadura foi um elemento que exacerbou a repressão no campo.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

E o que acontece quando volta a democracia?

GILVEY VIANA:

Isso não cai. Em 85 ela ainda era alta. Eu fiz a série histórica por governo, porque, no acompanhamento anual, não há a comparação com as políticas públicas praticadas em cada governo. As médias baixas correspondem aos governos que têm maior respeito com os direitos; que são os governos Fernando Henrique e Lula.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Mas isso varia mais com governo nacional e menos com os locais? Com a prefeitura e o governo do estado?

GILVEY VIANA:

A prefeitura não exerce influência nisso, mas o governo do estado sim, porque a terceira onda é da polícia militar, quando a burguesia e as oligarquias locais recuperam o poder nos estados e ocorre uma descentralização. É uma transição. No Figueiredo ainda há centralização no que ele

considerava estratégico, que ele deixou sob a guarda do Conselho de Segurança Nacional. E isso é fundamental.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

O Figueiredo define o camponês como estratégico?

GILVEY VIANA:

Ele define como estratégicas certas áreas do campo para garantir uma revolução capitalista no campo e evitar a eclosão de focos de resistência armada.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Entendi. E é nesse momento que a violência [no campo] cresce muito?

GILVEY VIANA:

É o momento que tem mais conflitos com a Igreja, porque esse é o inimigo principal.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

E a Igreja que está comprometida com os camponeses. Minha pergunta é: como fica essa série depois no começo da democracia?

GILVEY VIANA:

A série continua elevada até que vai caindo até chegar a um patamar e começa elevar de novo depois do golpe [referência ao impeachment de Dilma Rousseff, em agosto de 2016].

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Eu fico curiosa para saber como você pensa comparativamente. Ela cai e depois volta a atingir um patamar próximo ao da terceira onda da ditadura?

GILVEY VIANA:

Até hoje não atingiu aquele patamar.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Então, o que caracterizaria essa violência contra o camponês no período ditatorial seria ela ter sido mais difundida?

GILVEY VIANA:

O *modus operandi* também. Quem eram os agentes que faziam isso, a relação com as políticas do estado. Tem alguns outros elementos que servem para caracterizar. O meu livro só vai até 88. De lá para cá eu não tenho tanta precisão. Eu não sigo a linha da CPT nem a do MST, que pegou toda a linha da primeira. É bom que se diga que foi depois que ele começou a criar estatísticas próprias. Em meu estudo eu lido apenas com os camponeses, para dar um recorte de classe bem nítido. Não incorporo alguns dados – mesmo oficiais - que não caracterizam bem a vítima. Talvez o meu livro^{xiv} sirva de contribuição para alargar o número de camponeses elegíveis considerados perseguidos e vítimas da ditadura pelas leis da justiça de transição no país. O livro fala dos camponeses na justiça militar e na justiça de transição.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Eu tenho duas últimas perguntas antes de concluir, se você ainda tiver fôlego. Você fala muito em justiça de transição e eu queria perguntar o seguinte: você, que é uma pessoa que está nessa luta desde o começo... Me parece que tem uma novidade importante no modo como a militância passa a se referir aos seus objetos de luta. Suponho que o Gilney nos anos oitenta não falasse em justiça de transição. Quando você acha que essa categoria se torna lugar comum entre ativistas? Também na altura da virada da Comissão de Anistia na altura das gestões do Paulo Abrão e do Tarso Genro?

GILVEY VIANA:

Isso. E com o PNDH-3, que incorporou o conceito de justiça de transição. Me parece que a partir dali tanto o direito à memória e à verdade quanto a justiça de transição passam a ser categorias que não conflitam com as categorias anteriores, mas que se somam a elas. Essas categorias constituem uma nova seção do direito internacional e dos direitos humanos, que foram trazidos ao Brasil. Começa remotamente com Nuremberg.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Mas em outros países da América Latina estes conceitos já estavam em voga antes, nos anos noventa.

GILVEY VIANA:

A resolução da ONU sobre isso é de antes dos anos noventa, dos anos setenta, se não me engano. Ali se criam direitos – as guerras criam direitos e esses foram criados pelos aliados na II Guerra [Mundial], assim como a própria ideia de crime de lesa humanidade, porque antes tudo era crime de guerra. Os Estados Unidos tiveram um papel muito importante nisso. Hoje eles rejeitam tudo isso, o tribunal que é decorrente disso [Tribunal Penal Internacional]; e também nem aceitam a caracterização destes processos. São novas categorias que nós não tínhamos; só tínhamos justiça. Anistia é que já é secular e milenar, mas enquadrá-la na concepção de justiça de transição é nova. E nesta luta para resgatar a dimensão da justiça os familiares são fundamentais. O que resta disso tudo é a justiça como um elemento crucial ainda não resolvido no Brasil.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Última pergunta. Nas comissões estaduais e municipais – eu fiz este levantamento uma a uma –, muitos comissionários foram atingidos pelo regime. Isso é uma novidade em relação ao tipo de configuração que a CNV adotou. E a CNV em grande medida se pauta em modelos internacionais de comissões da verdade. Me parece – e eu queria saber se você concorda – que um dos importantes vetores de multiplicação das comissões foi justamente a inclusão desses familiares. Eu queria saber sua opinião sobre isso. Você concordaria comigo que os familiares e os atingidos em geral foram uma espécie de motor deste movimento, que é *sui generis*, pois não há nada parecido em outro lugar do mundo? O que você acha sobre isso?

GILVEY VIANA:

O movimento dos familiares não queria apenas representação na CNV, queriam ser escutados na dinâmica. Nem isso aconteceu. E por isso muitos familiares vão recorrer ao Ministério Público para judicializar a questão e esta instituição criou de fato caminhos novos para fugir à negativa do STF em validar a Convenção da Costa Rica e respeitar a decisão da Corte Interamericana para que os crimes de Estado da ditadura pudessem ser julgados. Primeiro, a pressão de resultado é menor, porque a responsabilidade do ente federativo estadual era menor do que o federal; os governos dos estados tinham menos temor para incluir familiares e pessoas próximas de ex-presos e perseguidos. Se a conjuntura favorece uma mudança, mas não há pessoas dispostas a fazer pressão e cobrar, as mudanças efetivas não acontecem, como foi o caso da CNV. Isso não tira o mérito dos familiares e ex-presos. Eu acho que isso contribuiu enormemente para as comissões estaduais serem um pouco mais abertas. Nesse sentido eu contribuí também porque eu mandei todas essas coisas para as comissões estaduais. Eu fui conversar com os membros de algumas delas.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Quais?

GILVEY VIANA:

Pernambuco, Minas Gerais.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Quando você ainda estava na Secretaria [de Direitos Humanos]?

GILVEY VIANA:

Quando eu estava na Secretaria e depois.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Depois você continua dialogando com as comissões a partir de algum vínculo institucional?

GILVEY VIANA:

Aqui eu estou associado ao Comitê da Memória, Verdade e Justiça do Distrito Federal e eu sou ligado à Comissão Camponesa, que ainda está em atividade.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA: Sua maneira de atuar publicamente nesta pauta não muda de acordo com o lugar que você ocupa, seja no Estado seja na sociedade? Dentro ou fora do governo?

GILVEY VIANA:

Exatamente. Não muda. Isso é militância política, não é questão de estar no governo ou não. EU milito desde os 16 anos quando entrei para o Partido Comunista Brasileiro, nem existia PC do B. Sempre tive uma visão crítica, inclusive dentro do próprio PT. Continuo tendo o mesmo jeito. No governo do Lula eu trabalhei no meio ambiente, saí quando começou o segundo

governo, mas já estava anunciado desde o fim do primeiro, quando começaram as divergências com a Marina [Silva].

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Essa postura crítica diante do governo é o que te protege da acusação da imagem do cooptado e do pelego.

GILVEY VIANA:

Acho que sim. Quando fui deputado estadual e federal, a minha pauta era a dos direitos humanos, inclusive a memória. Olha as minhas publicações no meu mandato: a maioria diz respeito aos mortos e desaparecidos. Depois eu fui presidente da Comissão Especial sobre uma madeireira asiática em que eu fiz um relatório que foi muito polêmico, que eu caracterizei como um tipo depredatório de ocupação da Amazônia. Eu fui presidente da Comissão do Meio Ambiente. Eu sempre tive uma posição crítica de autonomia, mesmo sendo do PT. Eu nunca me achei na posição de fazer porque o outro manda. Eu tinha que estar convencido. Eu sempre fui assim.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Tá certo. Muito obrigada, Gilney. Foi uma conversa valiosa.

(Entrevista publicada em 2019)

Cite esta entrevista

GILNEY, Viana, 2019. Entrevista com Gilney Viana, conduzida por Cristina Buarque de Hollanda. **Revista Estudos Políticos**: a publicação semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF).Rio de Janeiro, Vol.10 |N.2, pp. 93-134, dezembro de 2019.

Notas

1. Operação Referência a Glória mãe de preso político. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000
2. Viana, Gilney. 131-D Linhares Contagem: Editora História, 1979.
3. Referência a reunião do Comitê Brasileiro de Anistia no Rio de Janeiro.
4. Trata-se de ação iniciada instaurada em 1982 por familiares de 22 desaparecidos na Guerrilha do Araguaia que teve defecho em julho de 2003 com instrução da juíza

Solange Salgado da Silva Ramos para que a União indicasse, no prazo de 120 dias, a localização dos corpos. Os autores da ação foram surpreendidos, contudo, por recurso da Advocacia Geral da União à sentença, em 27 de agosto do mesmo ano.

5. Gilney refere-se aqui à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos [CEMDP], criada pela lei 9.140, de 4 de dezembro de 1995, de iniciativa do governo Fernando Henrique Cardoso. Não se trata da Comissão Parlamentar presidida por Nilmário Miranda.

6. Gilney se refere à luta pela efetivação de direitos previstos na Lei de Anistia de 1979, mas efetivamente não implementados até então.

7. Íntegra da entrevista disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamerica/article/view/35268>

8. O Pacto de São José da Costa Rica foi assinado na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969 e ratificado pelo Brasil em 25 de setembro de 1992 durante o governo Fernando Collor de Melo [1990-1992].

9. Referência ao processo que resultou na condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em novembro de 2010, a sentença determinou a localização dos desaparecidos e a punição dos responsáveis pelo massacre no Araguaia.

10. Da qual fazem parte a iniciativa da família Teles e a da família Merlino, esta referente ao assassinato do jornalista Luiz Eduardo Merlino, em 19/07/1971.

11. O Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro inaugurou, em 2011, memorial em homenagem aos 14 mortos enterrados em vala clandestina no Cemitério Ricardo de Albuquerque. Contou, para isso, com apoio a Prefeitura do Rio de Janeiro, durante governo de Eduardo Paes (2009-2012).

12. O projeto Brasil: Nunca Mais foi desenvolvido clandestinamente entre 1979 e 1985 por um equipe empenhada em revelar os crimes da ditadura a partir da documentação de 707 processos do Superior Tribunal Militar (STM). Ele contou com apoio e orçamento do Conselho

Mundial de Igrejas e, no Brasil, com o suporte de Dom Paulo Evaristo Arns e do pastor presbiteriano Jaime Wright.

13. A entrevista referida está disponível em: https://figshare.com/articles/Entrevista_com_Dorival_Santos_Comiss_o_Estadual_da_Verdade_do_Amap_/8307077

14. Referência a Retrato da Repressão Política no Campo / Brasil 1962-1985 – Camponeses Torturados, Mortos e Desaparecidos. Brasília: MDA, 2010. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/campo.pdf>